

O AMOR COMO FATO SOCIAL: IDEOLOGIAS, DESIGUALDADES E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

INTRODUÇÃO

O amor não se configura apenas como uma esfera privada e emocional, mas como um fenômeno profundamente social, político e ideológico. Nas sociedades contemporâneas, sua compreensão ultrapassa a mera paixão romântica idealizada. A sociologia do amor busca compreender o amor enquanto fato social construído, regulado e transformado por fatores históricos, políticos, culturais e econômicos, investigando como as relações se moldam ao longo da história, influenciadas por ideologias sociais como o romantismo, o capitalismo e o patriarcado, bem como por instituições sociais como a mídia, a escola e a religião. O amor perpassa categorias como identidade, gênero, raça, classe e sexualidade. O campo de estudo mostra crescente relevância enquanto categoria analítica, analisando o amor como um código de comunicação, constituído como prática por meio da socialização e do aprendizado, e não apenas como um sentimento espontâneo, convertendo-se em poderosa norma social e prescrição institucional.

O casamento, tradicionalmente idealizado como o objetivo final do amor, um espaço de igualdade, estabilidade e parceria, esconde em sua estrutura diversos dispositivos de controle e reprodução das desigualdades, sobretudo de gênero, sob a aparência da complementaridade afetiva. Opera como mecanismo de naturalização da divisão sexual do trabalho, da dependência econômica e da subordinação simbólica das mulheres. Segundo Martuccelli (2010) todas as manifestações amorosas se estruturam na incondicionalidade, isto é, a ideia de um sentimento absoluto, sem nenhuma restrição ou limite, presente desde o amor parental, passando pelo amor familiar, até as amizades e relações românticas; essa representação exclui a diversidade das manifestações e homogeniza todas as modalidades do amor. Embora o discurso amoroso sugira reciprocidade e afeto mútuo, as práticas cotidianas do matrimônio frequentemente mantêm hierarquias onde o poder decisório, a divisão de tarefas, a autoridade e o reconhecimento público recaem majoritariamente sobre o homem. Há, ainda, a promessa de complementar o outro, de salvá-lo e moldá-lo, atravessada pela contradição entre esse ideal e a desigualdade entre pares. Mesmo na contemporaneidade, o casamento não representa, para muitas mulheres, um espaço de emancipação, mas sim de permanência nas relações de sujeição e formas de dominação. O amor, em particular, resulta de negociações tensas e indeterminadas, marcadas pela natureza assimétrica da comunicação dos conteúdos sociais entre indivíduos em interação.

O gênero é uma forma de organizar as relações sociais, incluindo as afetivas e sexuais, que atravessa o modo como as emoções e interpretações amorosas são categorizadas e distribuídas a cada indivíduo, assim como seus papéis sociais, funcionando como marcador identitário e lente interpretativa sociológica. O sexo está vinculado à biologia, como hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia, enquanto o gênero relaciona-se à cultura, abrangendo psicologia, sociologia, senso comum e experiência individual (PISCITELLI, 2009). Às mulheres são atribuídas e internalizadas as funções de cuidadoras e domésticas, entretanto essas atribuições de comportamento e traços de temperamento não são inatos, mas sim uma distribuição cultural das características de poder.

No livro *As estruturas elementares do parentesco*, Claude Lévi-Strauss (2017) aponta para o conceito de “troca de mulheres”, segundo o qual grupos familiares que não podem se relacionar entre si, em razão do tabu do incesto, buscam cônjuges fora do seu círculo familiar, gerando a necessidade de trocar mulheres entre grupos e instaurando alianças sociais pela formação de novas famílias. Assim, as mulheres são transformadas em bens simbólicos, privadas de agência e de seus próprios sistemas de relações, situadas numa organização social que reproduz a divisão sexual do trabalho. O tabu do incesto pressupõe, dessa forma, um tabu anterior à homossexualidade, dada a assimetria de gênero (GAYLE, 2003), impondo a normatividade heterossexual hegemônica e produzindo uma hierarquia entre relações legítimas e ilegítimas.

O casamento heterossexual tem sido historicamente apresentado como forma legítima de organização das relações afetivo-familiares, desempenhando papel central na divisão de tarefas da economia capitalista. Ao longo do tempo, especialmente na modernidade ocidental, passou a incorporar institucionalmente a ideia de que o envolvimento emocional profundo seria a base da união conjugal. Impondo a incondicionalidade e a necessidade de sacrifício, o casamento transcende a união sexual para assumir uma fé maior, que só se torna válida “por amor”, trazendo um fator extraordinário para o cotidiano, no qual o sujeito se sente especial. A democratização do amor fez com que sujeitos anteriormente “comuns” buscassem o sentimento romântico como forma de diferenciação da sua normalidade (TORRES, 2004). As emoções se objetificam conforme processos intersubjetivos se cristalizam em códigos de moralidades, hierarquias e fronteiras sociais, individuais e coletivas (BIROLI, 2021).

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para este resumo expandido, optou-se pela metodologia de revisão bibliográfica, visando reunir, analisar e sistematizar os principais elementos acadêmicos já realizados sobre

o tema, contribuindo para uma análise crítica fundamentada nos debates existentes. A escolha por essa abordagem justifica-se pela existência de uma vasta produção, muitas vezes invisibilizada, no campo dos estudos de gênero e da sociologia das emoções, que embora significativa, nem sempre estabelece diálogo entre diferentes aportes teóricos, o que torna necessário mapear essas contribuições para compreender como o debate vem sendo formulado e disputado, evidenciando continuidades, rupturas e dimensões pouco abordadas na literatura especializada.

A revisão bibliográfica será baseada na teoria crítica, tendo como principais referências os escritos de Alexandra Kollontai, Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, Claude Lévi-Strauss e Pierre Bourdieu. Obras como *Kollontai e a Revolução: escritos sobre amor e luta* (BONNET; MOREIRA; PRATES DO AMARAL, 2024), *A nova mulher e a moral sexual* (KOLLONTAI, 2024) e *Desfazer a família, refazer o amor* (KOLLONTAI, 2017) trazem contribuições importantes sobre as dinâmicas da família e seus impactos na estruturação da dependência política e psíquica das mulheres na sociedade de classes, sendo analisadas para problematizar a construção histórica e política da família e das relações românticas. Kollontai oferece uma perspectiva crítica sobre como o amor, enquanto fato social, pode funcionar como mecanismo de controle e subordinação, especialmente no que diz respeito às normas de gênero, evidenciando as amarras do casamento tradicional na busca por um amor emancipador. A obra *O caos totalmente normal do amor* (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2014), que discute os paradoxos afetivos contemporâneos em contextos marcados pela individualização, permitirá explorar as contradições e transformações atuais do amor, abordando como a individualização e a fluidez das relações impactam o casamento, aspecto fundamental para a análise. Complementa o corpus o dossiê temático *Sociologia do Amor* (JARDIM; ROSSI, 2020), que consolidará a sociologia do amor como um campo de estudo relevante, validando a abordagem do amor como fenômeno profundamente social, político e ideológico, reunindo diferentes perspectivas sociológicas sobre sua historicidade e significado social.

O processo metodológico articula interpretação crítica, diálogo conceitual e análise comparativa das idéias e argumentos presentes nos textos selecionados, buscando estabelecer conexões e contrastes entre as diversas abordagens. Por se tratar de uma pesquisa de base teórica, não haverá definição de universo e amostra, tampouco a aplicação de instrumentos de coleta de dados primários. O método de análise está centrado na leitura interpretativa do material bibliográfico, visando promover reflexões aprofundadas sobre as

relações de gênero no contexto do matrimônio tradicional e oferecer subsídios para futuras investigações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os paradigmas do amor contemporâneo refletem transformações culturais e estruturais profundas, que redirecionam os modos de se relacionar afetivamente e tensionam as concepções tradicionais do amor romântico. O casamento, nesse cenário, propõe uma reconfiguração da identidade individual, deslocando sentidos e prioridades pessoais para um projeto coletivo, em que o matrimônio passa a integrar a constituição subjetiva dos parceiros. As formas atuais de entender, viver e normatizar os vínculos afetivos revelam um conflito entre o amor enquanto projeto individualizado, fantasiado como livre, negociável e entre sujeitos autônomos e flexíveis, e o modelo romântico clássico, pautado na exclusividade, na devoção e na promessa de eternidade. Esse embate é intensificado pela fluidez das relações descrita por Bauman (2004), pelo medo de compromissos duradouros e pela chamada "uberização do amor", em que o afeto é mediado por plataformas digitais sob a lógica da oferta e da demanda (PELÚCIO, 2022). Soma-se a isso a racionalidade neoliberal, que converte o amor em um capital simbólico a ser investido, acumulado e otimizado, submetendo os vínculos afetivos à lógica da produtividade, do mérito e da auto responsabilização. Nesse contexto, até mesmo as emoções são racionalizadas e performadas, ajustadas às exigências de um mercado afetivo, muito semelhante ao mercado econômico, marcado pela incerteza e pela urgência de uma união.

O debate sobre o papel das emoções nas relações sociais tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente diante das profundas transformações nas estruturas familiares e nas formas de sociabilidade. Nesse cenário, o matrimônio se apresenta como uma instituição central para a compreensão das dinâmicas afetivas, econômicas e simbólicas que moldam a vida em sociedade. Ao compreender sua relevância histórica e normativa que atravessa desigualdades de gênero, relações de poder e expectativas sociais, a partir da sociologia do amor, torna-se possível problematizar como elementos como a individualidade, a dependência econômica, a submissão afetiva e as violências simbólicas se articulam no cotidiano das relações conjugais. Tal análise permite elucidar sobre os modos como o amor, popularizado como espaço de liberdade e realização, opera também como mecanismo de controle, subordinação e reprodução de normas tradicionais. Assim, o modelo de amor romântico heterossexual hegemônico revela-se como um campo de disputa simbólica, onde os papéis de gênero são reforçados, naturalizados e perpetuados socialmente. O amor, muito além de um mero sentimento, age como um poderoso código regulador da comunicação e do comportamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise evidenciou que o amor, para além da experiência privada e sentimental, configura-se como um fenômeno social, político e ideológico, constituído por mediações históricas, culturais e econômicas (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2014). Foi possível constatar que o matrimônio, tradicionalmente enaltecido como espaço de realização afetiva e equidade, opera, em muitos casos, como um mecanismo de reprodução de desigualdades, especialmente de gênero. Tal estrutura naturaliza a divisão sexual do trabalho e legitima a subordinação feminina, perpetuando a ideia de que as mulheres devem se conformar a papéis normativos no âmbito conjugal (KOLLONTAI, 2024).

Historicamente, as mulheres foram simbolicamente posicionadas como objetos de troca e alianças sociais, e o casamento heterossexual passou a desempenhar o papel de institucionalizar não apenas os laços afetivos, mas também os valores de sacrifício e incondicionalidade atribuídos à figura feminina (BIROLI, 2021). Adicionalmente, a investigação abordou os conflitos que emergem dos paradigmas amorosos contemporâneos, marcados por um tensionamento entre o ideal romântico, fundado na exclusividade e na promessa de eternidade, e formas relacionais mais individualizadas, influenciadas pelas lógicas neoliberais. A chamada “uberização do amor” expressa esse novo cenário, no qual o afeto é convertido em capital simbólico e as relações passam a ser geridas sob a racionalidade da performance e da produtividade emocional (PELÚCIO, 2022).

Neste contexto, conclui-se que, embora o amor ainda seja socialmente celebrado como expressão de liberdade e auto realização, ele pode igualmente funcionar como instrumento de regulação social e manutenção de normas tradicionais, sobretudo no interior da estrutura matrimonial hegemônica. A articulação entre a sociologia do amor e os estudos de gênero permite lançar um olhar crítico sobre essas contradições, contribuindo para o debate sobre a possibilidade de construção de relações afetivas mais emancipatórias, que reconheçam as assimetrias de poder e acompanhem as transformações sócio-históricas em curso.

Palavras Chaves: Amor, Sociologia, Gênero, Casamento, Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *O caos totalmente normal do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BIROLI, Flávia. *Gênero e democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BONNET, Annabelle; MOREIRA, Renata Couto; PRATES DO AMARAL, Maísa (org.). *Kollontai e a Revolução: escritos sobre amor e luta*. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

JARDIM, Maria Chaves; ROSSI, Túlio (org.). *Sociologia do amor*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 1-273, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/12287>. Acesso em: 20 jun. 2025.

JARDIM ROSSI, Fabiana. *Gênero, sexualidade e educação: perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2021.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

KOLLONTAI, Alexandra. *Desfazer a família, refazer o amor*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTUCCELLI, Danilo. *A condição individual*. Petrópolis: Vozes, 2010.

PELÚCIO, Larissa. *A uberização do amor: aplicativos de encontros em cenário tecnoliberal e pandêmico*. Revista TOMO, São Cristóvão, n. 41, p. 199-232, 2022. DOI: 10.21669/tomo.vi41.17480. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/17480>. Acesso em: 22 out. 2025.

PISCITELLI, Adriana. *Gênero: a história de um conceito*. In: **ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.).** *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, p. 1–34, 2003.